TAXA MIMO e PRIME RATE:

A distância entre os números e a realidade do cidadão moçambicano

Sebastião Massequece Abdala Grupo SMA | Agosto de 2025



Grupo SMA, SU LDA

Bairro Eduardo Mondlane Pemba, Cabo Delgado – Moçambique Cel: +258 876880181

Email: infosmagrupo@gmail.com

Introdução

Nos últimos meses, Moçambique tem assistido a uma descida progressiva da **Taxa MIMO**, principal referência da política monetária nacional, hoje fixada em 10,25%. Em paralelo, a **Prime Rate**, taxa base usada pelo sistema bancário para calcular os juros de crédito, também tem registado quedas, situando-se em 17,2% em agosto de 2025.

À primeira vista, os indicadores transmitem uma mensagem positiva: inflação em queda, estabilidade macroeconómica e crédito, supostamente, mais barato. Mas será que este alívio se reflete na vida real dos moçambicanos?

No **Grupo SMA**, acreditamos que compreender esta dinâmica é crucial para empresas, empreendedores e famílias que procuram estabilidade financeira e acesso a financiamento. Este artigo pretende analisar, em profundidade, o que está por trás das mudanças da MIMO e da Prime Rate, e por que razão a economia real parece não beneficiar de forma proporcional às estatísticas oficiais.

1. O que são a MIMO e a Prime Rate?

A **Taxa MIMO** é a taxa de política monetária do Banco de Moçambique. Serve como âncora das taxas interbancárias de curtíssimo prazo e influencia diretamente o custo básico do dinheiro na economia. Em termos simples, é a taxa que o Banco Central cobra ou paga quando empresta ou recolhe dinheiro dos bancos comerciais.

Já a **Prime Rate** é a taxa de referência para o crédito ao consumidor e às empresas. É formada pelo **Indexante Único** (baseado na MIMO e outras operações interbancárias) e pelo **Prémio de Custo** (definido pela Associação Moçambicana de Bancos, que inclui riscos como incumprimento de crédito, reservas obrigatórias e risco-país).

A fórmula é simples:

Prime Rate = Indexante Único + Prémio de Custo.

Portanto, sempre que a MIMO baixa, há uma tendência de redução no Indexante Único e, consequentemente, na Prime Rate. Contudo, como veremos, esta relação nem sempre é imediata, e o efeito no crédito ao consumidor é frequentemente limitado.

2. Evolução recente das taxas em 2025

2.1. A trajetória da MIMO

- **Janeiro 2025:** MIMO fixada em 12,25%.
- Março 2025: Redução para 11,75%, apoiada por inflação em queda.
- **Maio 2025:** Novo corte para 11,00%.
- **Julho 2025:** Redução para 10,25%, a décima consecutiva desde o início do ano.

Em paralelo, a inflação oficial caiu de 4,8% em março para 3,9% em julho, refletindo um ambiente de preços mais estável.

2.2. A evolução da Prime Rate

- **Fevereiro 2025:** Prime Rate de 19,0%.
- **Abril 2025:** Redução para 18,5%.
- **Junho 2025:** 18,0%.
- Agosto 2025: 17,2%.

Embora a tendência seja positiva, a descida é lenta e insuficiente para aliviar o custo de crédito de famílias e empresas, pois os bancos continuam a manter spreads elevados.

3. O paradoxo: inflação baixa VS vida barata

Apesar das reduções, a perceção da população é clara: **o custo de vida continua elevado**. Porquê?

- 1. **Cesta básica cara:** produtos como arroz, milho e farinha mantêm preços altos devido a problemas logísticos, estradas precárias e custos de combustível.
- Crédito inacessível: mesmo com Prime Rate mais baixa, as taxas finais de empréstimos ainda ultrapassam os 20% em muitos casos.
- 3. **Salários estagnados:** a maioria das famílias não vê aumentos salariais que compensem sequer a inflação moderada.

4. **Desigualdade regional:** enquanto em Maputo e Beira alguns preços caem, em Cabo Delgado, Niassa e zonas rurais os custos continuam a subir devido ao transporte caro e falta de concorrência.

Na prática, a inflação baixa significa apenas que os preços crescem mais devagar, e não que diminuem. É por isso que, no bolso do cidadão, os números oficiais soam distantes da realidade.

4. Porque a política monetária não chega ao consumidor

O Banco de Moçambique cumpre o seu papel: ajusta a MIMO para controlar a inflação, estabilizar o metical e sinalizar confiança ao mercado. Mas existem barreiras estruturais que impedem a transmissão dessa política à economia real:

- **Spreads bancários elevados:** os bancos protegem-se do risco de incumprimento, mantendo taxas finais muito acima da Prime Rate.
- Falta de concorrência efetiva no sistema financeiro: poucas instituições dominam o mercado.
- Riscos fiscais e dívida pública: estes aumentam o prémio de risco e dificultam o repasse de cortes da MIMO.
- Fragilidade logística e agrícola: problemas estruturais encarecem alimentos e transporte, anulando os efeitos da política monetária.

5. O que seria necessário para mudar este cenário?

Para que os cortes na MIMO sejam sentidos no bolso do cidadão e das empresas, é essencial combinar política monetária com outras medidas:

- 1. **Reduzir custos logísticos:** investir em estradas, silos, energia e transporte para baixar custos da cesta básica.
- 2. **Aumentar a produtividade agrícola:** reduzir dependência de importações com mais insumos, irrigação e assistência técnica.

- 3. **Transmissão real da política monetária:** incentivar os bancos a alinhar os seus spreads com a descida da MIMO.
- 4. **Reforçar políticas de rendimento:** rever salários e apoiar trabalhadores do setor informal.
- 5. **Proteção social focalizada:** transferências diretas para as famílias mais vulneráveis, em vez de subsídios universais ineficazes.

6. O papel do Grupo SMA

No **Grupo SMA**, entendemos que empresas e empreendedores não podem esperar passivamente que as políticas públicas resolvam estes desafios. É necessário adotar uma gestão financeira estratégica, que inclua:

- Negociação ativa de crédito com instituições financeiras, aproveitando a descida da Prime Rate;
- Organização rigorosa da contabilidade, condição essencial para acessar financiamento em melhores termos:
- Planeamento empresarial realista, que considere tanto os indicadores macroeconómicos como a realidade local de custos e rendimentos;
- Sensibilização junto aos decisores, para políticas inclusivas que beneficiem MPMEs, especialmente em regiões mais desfavorecidas.

É nessa ponte entre as estatísticas oficiais e as necessidades reais das empresas e famílias que a SMA atua: trazendo clareza, confiança e soluções adaptadas ao contexto moçambicano.

Conclusão

As frequentes mudanças na MIMO e na Prime Rate refletem um esforço legítimo do Banco de Moçambique em manter a inflação baixa e a estabilidade cambial. Contudo, enquanto o país não atacar os problemas estruturais da sua economia — custos logísticos, baixa produtividade agrícola, spreads bancários elevados e salários estagnados — a descida das taxas continuará a ser uma boa notícia apenas para relatórios e conferências, e não para o bolso do cidadão.

No Grupo SMA defendemos que inflação baixa não pode ser apenas um número estatístico, mas sim uma condição sentida no mercado, nas famílias e nas empresas. Só assim Moçambique poderá caminhar rumo a um crescimento inclusivo e sustentável.

Referências:

- 1. Banco de Moçambique (BdM). Relatórios de Política Monetária, 2024–2025.
- 2. **Associação Moçambicana de Bancos (AMB).** Comunicados sobre o Indexante Único e Prime Rate, 2024–2025.
- 3. **Instituto Nacional de Estatística (INE).** Boletins de Estatísticas de Preços ao Consumidor, 2024–2025.
- 4. Fundo Monetário Internacional (FMI). Relatório do Artigo IV Moçambique 2024/2025.
- 5. **Banco Mundial.** *Mozambique Economic Update* (edições de 2024 e 2025).
- 6. African Development Bank (AfDB). African Economic Outlook 2025.
- 7. International Food Policy Research Institute (IFPRI). Food Security and Agriculture in Mozambique, 2024–2025.
- 8. **SMA Consultoria (Grupo SMA).** Programas internos de apoio a MPMEs, 2024–2025.